

Presidente: Marcelo Rodrigues - Vice Presidente Pedro Teixeira - Contato: (21) 98399-1805 (21) 97891-2973

Igreja



A história dos Jesuítas no Brasil e a vida de Santo Inácio de Loyola.



Comunhão Sacríliga

Internacional



Os horrores da guerra na Ucrânia.

EM BREVE, JORNAL DA MULHER

UM ESPAÇO FEITO PRA VOCÊ MULHER!



CONCILIA MARICÁ

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL

AGENCIAUM

NEGOCIE SEUS DÉBITOS
COM O MUNICÍPIO COM ATÉ

100%

DE DESCONTO EM JUROS E MULTAS



PROCURADORIA
GERAL

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FAZENDA



PREFEITURA DE
MARICÁ



7º EDIÇÃO DO REDE CATÓLICA NEWS IMPRESSO

Amados irmãos em Cristo, nesta edição do Rede Católica News trazemos uma matéria especial sobre a presença dos Jesuítas no Brasil. Uma reportagem produzida pela

CNBB que traça um panorama profundo sobre os Jesuítas na Terra de Santa Cruz. Também falamos sobre Santo Inácio de Loyola e os horrores da guerra na Ucrânia. Que todos tenham uma excelente leitura.

Marcelo Rodrigues, presidente do Rede Católica News.

Prezados irmãos em Cristo, ajude o Rede Católica News na distribuição gratuita do Jornal Impresso. Precisamos alcançar um número cada vez maior de pessoas. Faça a sua colaboração de qualquer valor no nosso
pix:Redecatolicaneuws@gmail.com



Pe. João Bosco Penido Burnier

O PADRE ASSASSINADO PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL

João Bosco Penido Burnier era um padre jesuíta que sonhava em ser missionário no Mato Grosso, principalmente junto aos povos indígenas. Andava sempre identificado com trajes religiosos e, naquele dia 11 de outubro de 1976, decidiu acompanhar o Bispo de São Félix na cidade de Ribeirão Bonito para celebrar com o povo a festa de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil.

Durante a festa, Dom Pedro Casaldáliga recebeu informações que duas mulheres estavam sendo torturadas por dois policiais na delegacia da cidade. Imediatamente Pedro e João Bosco foram até o local. Ao ver a situação das mulheres, Dom Pedro tentou conversar com os policiais implorando que estes deixassem de torturar as mulheres, mas eles somente respondiam com ameaças e ainda afirmavam que o lugar de padres era na sacristia.

O padre João Bosco, revoltado com a situação das vítimas que não se resolvia, então lhes disse que iria denunciá-los. Neste momento, um soldado chamado Ezi Ramalho Feitosa lhe deu uma bofetada no rosto e em seguida lhe disparou uma bala com seu revólver diretamente na nuca do padre. O Bispo ainda teve tempo de lhe dar

a unção dos enfermos e ouvir as últimas palavras do Pe. João Bosco: «Jesus, Jesus...ofereço a minha vida pelos índios e por este povo sertanejo». E recordando-se de Nossa Senhora Aparecida ainda disse: «Dom Pedro, terminamos a nossa tarefa!».

Logo após a tragédia, o povo, em sinal de revolta pela morte do padre, uniu-se e destruiu a delegacia arrancando as portas e as grades da prisão para que ninguém mais fosse preso injustamente, torturado ou morto. No local, foi colocada uma cruz, que os policiais arrancaram imediatamente. Mas tempos depois, no mesmo lugar, foi construída uma igreja que é popularmente conhecida como santuário dos mártires, que todos os anos passou a ser sede de uma grande manifestação de fé, a romaria dos mártires.

Somente trinta e três anos depois do acontecido, em 2009, o Governo Federal reconheceu que o assassinato do Padre Burnier foi provocado pelo Regime Militar. O policial que atirou no padre jesuíta nunca sofreu nenhum processo porque a Ditadura considerava o fato apenas como um acidente.



Em breve estaremos passando às novidades do nosso Canal no YouTube e nosso Portal de Notícias. Tenham todos uma boa leitura! **Pedro Teixeira, vice-presidente do Rede Católica News**



MENINA BENIGNA É BEATA!

A luta contra o feminicídio foi invocada pelo representante do Papa Francisco, cardeal Leonardo Steiner, na missa de beatificação de Benigna Cardoso da Silva, a primeira bem-aventurada do Ceará.

Depois de lida a biografia da jovem leiga mártir, o arcebispo de Manaus leu a carta apostólica assinada pelo Papa na qual se acolhe o pedido dos bispos para declarar Bem-aventurada a Menina Benigna e se estabelece o dia 24 de outubro como data de sua memória litúrgica. Na sequência, sua relíquia foi levada ao altar por duas de suas irmãs de criação e por alguns jovens, enquanto se entoava o hino à nova Beata.

A jovem morreu aos 13 anos numa tentativa de estupro, quando ia buscar água numa fonte. E foram as cenas de vida cotidiana da menina que inspiraram a homilia do arcebispo de Manaus:

“Na tarde da sexta-feira, 24 de outubro de 1941, Benigna foi à fonte, em busca de água. Conhecia o caminho para matar a sede, servir aos da casa, regar as plantas. Lugar da água, da vida, tornou-se lugar da agressão, da violência, torna-se lugar da morte.”

“O seu amor, a sua misericórdia, a levou ao martírio”, ressaltou Dom Leonardo, que citou na homilia inclusive o jovem Raimundo Raul Alves Ribeiro, por cujas mãos Benigna encontrou a morte a facadas.

“Bem ressoam as palavras do Apóstolo diante da brutalidade, mesmo dos nossos dias em relação às crianças abusadas e o

feminicídio, e diante da figura iluminadora de nossa Beata: ‘Somos afligidos de todos os lados, mas não vencidos pela angústia’.” “Hoje louvamos a Deus pela vida e pelo testemunho daquela que pelo martírio foi bem-nascida para a Igreja como Bem-aventurada, indicadora e defensora da dignidade da mulher. Benigna exemplo de não subjugação das mulheres, defensora da própria força e valor, da dignidade e da beleza, da sexualidade e da maternidade, do vigor e da ternura. Preferiu a morte que a paixão, preferiu a morte que romper com a sua dignidade.”

Hoje, portanto, a Bem-aventurada é invocada como defensora da dignidade de mulher, como ícone contra o abuso sexual de crianças e adolescentes. “Heroína da castidade!”, concluiu o Cardeal.



FESTA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, A VIRGEM DA MISERICÓRDIA.

Neste dia 24 de Setembro é celebrada Nossa Senhora das Mercês, que significa “misericórdia”, devoção que remonta ao século XIII, quando a Virgem apareceu a São Pedro Nolasco e o encorajou a seguir libertando os cristãos escravos.

Naquela época, os mouros saqueavam regiões costeiras e levavam os cristãos como escravos para a África. Nessa horrível condição, muitos perdiam a fé por pensar

que Deus os tinha abandonado.

São Pedro Nolasco, vendo essa situação, vendeu até seu próprio patrimônio para libertar os cativos. Do mesmo modo, formou um grupo para organizar expedições e negociar resgates.

Quando o dinheiro acabou, então, pediram esmolas. Entretanto, as ajudas também terminaram.

Foi quando São Pedro Nolasco pediu a Deus para ajudá-lo. Em resposta, a Virgem apareceu a ele e pediu que fundasse uma Congregação para resgatar os cativos. São Pedro Nolasco lhe perguntou: “Ó Virgem Maria, Mãe da graça, Mãe de misericórdia, quem poderia acreditar que tu me envias?”.

Maria respondeu dizendo: “Não duvides de nada, porque é vontade de Deus que se funde uma Ordem desse tipo em minha honra; será uma Ordem cujos irmãos e professos, a imitação de meu filho Jesus Cristo, estarão postos para ruína e redenção de muitos em Israel, isto é, entre os cristãos, e serão sinal de contradição para muitos”.

Diante desse desejo, foi fundada a ordem dos Mercedários no dia 10 de Agosto de 1218 em Barcelona, Espanha. São Pedro Nolasco foi nomeado pelo Papa Gregório IX como Superior Geral.

Os integrantes, além dos votos de pobreza, castidade e obediência, faziam um quarto voto em que se comprometiam a dedicar sua vida a libertar os escravos e que ficariam no lugar de um cativo que estivesse em perigo de perder a fé, quando o dinheiro não fosse suficiente para conseguir a libertação.

Mais tarde, no ano 1696, o Papa Inocêncio XII fixou o dia 24 de Setembro como a Festa de Nossa Senhora das Mercês em toda a Igreja. ORAÇÃO Ó Deus, que pela Mãe gloriosíssima de vosso Filho, Vos dignastes dotar a vossa Igreja com uma nova Família destinada a libertar os fiéis cristãos do poder dos pagãos, Vos suplicamos, concedei que, venerando piedosamente a Fundadora de tão grande obra, por seus méritos e intercessão, sejamos livres de nossos pecados e do cativeiro do demônio. Por Nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo.



A HISTÓRIA DO BEATO FRANCISCO DE PAULA VICTOR

O Beato Francisco de Paula Victor (1827-1905) foi um Padre e Educador Mineiro de 1851 a 1905. É o primeiro ex-escravo brasileiro que se tornou padre a ser considerado para canonização. Nascido em Campanha; Minas Gerais, no ano de 1827 filho de Lourença Justiniana de Jesus, negra alforriada e Pai desconhecido.

Sua madrinha era Dona de sua mãe, Marianna Santa Barbara Ferreira, que era conhecida por tratar seus escravos com dignidade. Sob a tutela de sua madrinha, Victor aprendeu a ler e a escrever, além de aprender a língua francesa e as nuances do piano. Victor foi aprendiz de um alfaiate, mas seu único desejo era se tornar um sacerdote. Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, visitou Campanha em 1848. Victor, então procurou dom Viçoso e disse que tinha o desejo de ser padre. Com a ajuda do Bispo, entrou para o seminário de Mariana, onde foi aceito em 05 de junho de 1849. No entanto, sofreu muita discriminação de seus colegas seminaristas, sendo tratado como um escravo.

Foi ordenado Padre em 1851, porém grande parte da população não aceitava que um ex-escravo negro pudesse ser um padre

e por isso se recusaram a receber o Santíssimo Sacramento dele.

Com a intervenção de Dom Antônio Ferreira Viçoso, sempre seu protetor, foi enviado para servir como vigário da paróquia em Três Pontas, onde serviria até sua morte, infelizmente Victor foi recebido no início com confusão e raiva pela elite proprietária de escravos da cidade. Nas missas que celebrava, ele foi submetido pelos paroquianos brancos a piadas ofensivas e outras humilhações lançadas contra ele. Apesar disso, ele foi resoluto em cumprir seus deveres como pároco.

Victor era humilde e paciente e sua determinação nos assuntos paroquiais levou a muito apoio do público. Uma de suas iniciativas foi o estabelecimento do Colégio da Sagrada Família. Estava aberto a todas as crianças, independentemente de raça, e classe social, e ali ensinava música, a língua francesa e catecismo. Também ajudou a construir a Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda de Três Pontas.

Em sua paróquia Padre Victor procurou enfrentar a questão da escravidão dentro dos marcos estabelecidos pela lei. Ou seja, detectamos seu protagonismo em relação ao cumprimento de uma dimensão relativa a um dos aspectos da legislação abolicionista que procurava libertar os escravos através da indenização dos proprietários.

O Padre Victor registrou sua participação no Movimento Abolicionista no Fundo de Emancipação, e ajudava financeiramente na alforria dos escravos locais.

O Beato Victor Morreu em 1905 após um derrame, causando comoção na população da região. Ele construiu a Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, a maior de Minas Gerais. A caridade o marcou em maneira especial, vivendo pessoalmente uma pobreza absoluta. Entre a população era conhecido também como exorcista, e de acordo com história oral local "era temido por Satanás, que suplicava mesmo que não chamassem aquele negro feio dos lábios grossos"!

A herança espiritual e cultural deixada por padre Victor constitui a peculiaridade de Três Pontas e dos territórios vizinhos. Grande é a veneração que os fiéis tem por ele. Em 2012 ganhou o título de Venerável da Igreja Católica e em 2015 Teve a sua beatificação autorizada pelo Vaticano. Seu

processo de canonização ainda segue em Roma Fonte: Cônego Francisco de Paula Vitor - preito à sua egrégia memória. Três Pontas.



COMUNHÃO SACRÍLIGA

Acesso proibido à comunhão eucarística: "São numerosos hoje, em muitos países, os católicos que recorrem ao DIVÓRCIO segundo as leis civis e que contraem civilmente uma 'nova união'. A Igreja, por FIDELIDADE à palavra de Jesus Cristo que diz: "Todo aquele que repudia sua mulher e desposar outra comete adultério contra a primeira; e se essa repudiar seu marido e desposar outro comete adultério" (Mc 10,11-12), afirma que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro casamento foi válido. Se os divorciados tornam a casar-se no civil, ficam numa situação que contraria objetivamente a lei de Deus. Portanto, NÃO PODEM TER ACESSO À COMUNHÃO EUCARÍSTICA ENQUANTO PERDURAR ESTA SITUAÇÃO. Pela mesma razão NÃO PODEM EXERCER CERTAS RESPONSABILIDADES ECLESIAIS.

A reconciliação pelo sacramento da Penitência só pode ser concedida aos que se mostram arrependidos por haver violado o sinal da aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometem a viver numa continência completa."CIC § 1650 Também NÃO PODEM COMUNGAR aqueles que apoiam e incentivam ideologias contrárias a fé católica; Como socialismo, comunismo, aborto, movimentos LGBT's e suas práticas.

Preparação necessária para receber a comunhão eucarística: "Quem quer receber a Cristo na comunhão eucarística deve estar em estado de graça.

Se alguém tem consciência de ter pecado mortalmente, não deve comungar a Eucaristia sem ter recebido previamente a absolvição no sacramento da penitência.”CIC § 1415 A Comunhão Sacrilega ocorre quando a pessoa recebe Jesus Eucarístico sem o devido preparado, ou seja, com Pecados Mortais sem absolvição recebida na Confissão sacramental.

“O comungante em pecado mortal comete um crime maior que o de Herodes”.

— Santo Agostinho de Hipona

“[O comungante comete um crime] mais horrendo [assustador] que o de Judas.”— São João Crisóstomo “Não há praticamente nenhum crime que mais ofende a Deus do que o da comunhão sacrilega.

Será castigado como se com suas mãos tivesse matado o filho de Deus .”— Santo Antônio Maria Claret “Quem faz comunhão sacrilega, recebe em seu coração a Satanás e a Jesus Cristo; a Satanás, para fazê-lo reinar, e a Jesus Cristo para oferecê-lo em sacrifício a Satanás.”(São Cirilo de Alexandria) “Não há na terra um suplício que seja suficiente para punir quem comunga em estado de pecado mortal”(Jesus à Santa Brígida) Mais terrível do que o que cometeram os Judeus crucificando o Salvador, dizem outros Santos. E tudo isso acrescenta São Paulo: ‘será Réu do corpo e sangue de Cristo’. “Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpável do corpo e do sangue do Senhor. Que cada um se examine a si mesmo e, assim, coma desse pão e beba desse cálice. Aquele que o come e o bebe sem distinguir o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação. Essa é a razão por que entre vós há muitos adoentados e fracos, e muitos mortos.

Se nos examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados.”(I Cor 11,27-31) Este é um pecado Gravíssimo, que ofende Muito ao coração de Nosso Senhor e Nossa Senhora.



RADICAIS DE DIREITA CRITICAM E TENTAM DIFAMAR O PAPA FRANCISCO

O nome do Papa Francisco está no topo das menções do twitter nesse momento (trending topics).

Mas o motivo não é bom. Políticos e militantes bolsonaristas, de direita / conservadores liberais, estão atacando o Papa Francisco e usando como pretexto uma foto do Papa com Fidel Castro.

O ataque acontece no mesmo dia em que os jornais noticiaram uma carta do ex-presidente Lula enviada ao líder da Igreja Católica, chamando o Papa de amigo, agradecendo, elogiando seu trabalho e o convite para ir ao Vaticano.



Diante dos ataques é preciso recordar algumas coisas:

1°- É tradição que os Papas recebam os mais diversos líderes políticos.

Todos fizeram isso. É um momento de estreitar laços e garantir o respeito aos católicos de cada país, além de buscar o bem comum.

2°- O católico é reconhecido por seu amor e devoção pelo Papa, qual seja ele. Assim foram todos os santos. Ao ver católicos

criticando o Papa por causa de políticos percebemos o nível que chegou o fanatismo militante.

3°- A atuação social do Papa Francisco é estritamente dentro da Doutrina Social da Igreja, seguindo seus predecessores. É normal que maus políticos e seus seguidores se incomodem com uma voz profética. Herodes e tantos reis são prova disso.

4°- O presidente Bolsonaro termina seu mandato sendo o único presidente brasileiro desde a redemocratização que não visitou o Papa. Opção dele.

No livro Último Testamento o Papa Bento XVI responde sobre como foi o encontro com Fidel Castro, Barack Obama e outros líderes políticos que divergem da Doutrina Católica.

Veja o que disse Bento XVI:

«Ele (Obama) não foi apenas um estrategista comigo, mas também uma pessoa reflexiva, com certeza. Senti que buscava um ponto de encontro e que me escutava. Também houve o encontro com Michelle Bachelet, a presidente do Chile. Ela é atea, marxista, e nesse sentido não concordamos em muitos pontos. Mas de alguma forma vi nela uma vontade ética fundamental, que se aproxima da cristã. Foi uma boa conversa. Como foi impressionante conhecer essas pessoas não apenas em seu lado político-estratégico, que está muito distante de nós, mas que também tentam enxergar o que é justo.

Sobre o encontro com Fidel Castro, Bento XVI disse:

«De alguma forma, foi emocionante. Claro, ele era um homem idoso e doente, mas ainda assim muito presente e também com uma certa vitalidade. Não acredito que ele pudesse se libertar totalmente da estrutura de pensamento na qual cresceu. Mas percebia que os acontecimentos da história mundial o obrigavam a reconsiderar algumas questões, sobretudo a questão religiosa.Pedi que lhe enviasse alguns livros.»

Seguimos os passos do Papa Francisco, profeta dos nossos tempos.

Anuncie aqui!!
(21)97891-2973



ESPECIAL: A HISTÓRIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Em meados do século XVI, quando o nome Brasil começou a prevalecer sobre o de Terra de Santa Cruz, o cronista João de Barros considerou essa “mudança inspirada pelo demônio, pois a vil madeira que tinge o pano de vermelho não vale o sangue vertido para a nossa salvação”. A familiaridade, da época, com demônios e santos permitiu projetar o bem e o mal na direção certa. Para expulsar demônios e trazer santos padroeiros, os jesuítas vieram de Portugal ao Brasil.

Os inacianos não foram os primeiros missionários na Terra de Santa Cruz. “Os primeiros religiosos que vieram ao Brasil foram da ordem de São Francisco, os quais aportaram em Porto Seguro não muito depois da povoação daquela capitania, e fizeram sua habitação com zelo da conversão do gentio”, escreve Anchieta numa crônica de 1584. Os mendicantes já trouxeram a experiência missionária de 250 anos da Europa e Ásia; para os jesuítas, que chegaram ao Brasil, não só o país, também a missão com tal era terra incógnita. Mesmo assim, deixaram sinais indeléveis de sua presença no continente e no país. Com velocidade e zelo procuraram recuperar seu atraso. Em dez anos, desde o reconhecimento papal da Companhia, em 1540, se fizeram presentes no sul da Índia, em 1542; no Congo, desde 1547, no Japão, em 1549, e no Brasil, a partir de 1549.

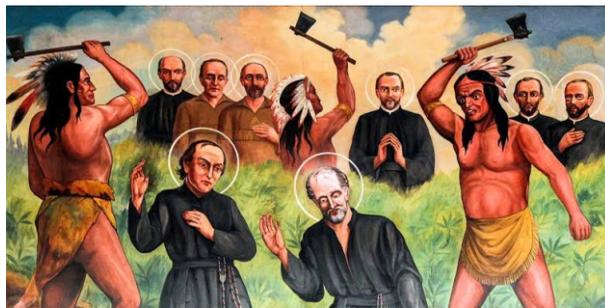
1. Três épocas: Missão, educação, libertação

Pode-se distinguir três épocas da Companhia de Jesus, com diferentes centros de gravidade operacional que repercutiram sobre seu projeto de evangelização no Brasil. Foram marcadas pelo viés da missão (1549-1759/1760), da educação (1841/42) e

da libertação (a partir de 1965).

A primeira época começa com a Bula de fundação da Companhia, Regimini Militantis Ecclesiae, de 1540, de Paulo III, e termina com o Breve de Clemente XIV, Dominus ac Redemptor Noster, de 1773, que extinguiu a Companhia de Jesus. No Brasil, essa época corresponde à chegada de Nóbrega e seus companheiros e à expulsão da Companhia com mais de 600 inacianos, por Pombal, da Amazônia e da Bahia, em 1759/1760, deixando aldeias, colégios e paróquias abandonados.

A segunda época começa com a Bula de restauração da Companhia, de Pio VII, Sollicitudo Omnium Ecclesiarum, de 1814. No Brasil, a partir de 1841/42, os jesuítas começam a voltar: alemães, e também espanhóis vindo da Argentina, no Sul; italianos no Sudeste; portugueses, a partir de 1910, no Nordeste. É um tempo, mormente, marcado pela educação nos colégios, não mais pela missão junto aos povos indígenas. Em 1867, é fundado em Itu/SP o colégio São Luís, hoje funcionando no centro de São Paulo. Em Porto Alegre, em 1890, foi fundado o colégio Anchieta. Outros seguiram nas principais capitais: Rio de Janeiro, Florianópolis, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Teresina. Desde 1940, os inacianos atuam no campo do ensino superior com a PUC do Rio de Janeiro, a Faculdade São Luís, em São Paulo, a UNICAP, em Recife/PE, e a UNISINOS, em São Leopoldo/RS. Em 1929, assumem, não por opção, mas por imposição, o vasto território da recém-criada Prelazia de Diamantino/MT (107.495 Km²). Começaram desde então uma tímida retomada do trabalho indigenista que, a partir dos anos 60, sofreu profundas transformações.



O início da terceira época está marcado pela eleição, em maio de 1965, do basco Pedro Arrupe (1907-1991) para superior geral da Companhia. Arrupe, que ainda

como estudante, em 1932, sofreu os efeitos do decreto de dissolução da Companhia, pelo governo republicano da Espanha e, em 1945, como missionário e médico no Japão, assiste na periferia de Hiroshima a explosão da bomba atômica, fez ressoar no centro da Companhia o grito de Francisco de Xavier, de 1544: “Muitas vezes estou pensando ir às Universidades e gritar como um louco frente aos que desfrutam os estudos para si e não os fazem frutificar para os outros”. Depois de sua eleição, Arrupe aproveitou ainda a última sessão do Concílio Vaticano II (1962-1965) para intervir no debate sobre a missão onde lançou o desafio da inculturação. Em sua carta de renúncia, de 1983, forçada por pressões internas da Igreja e por uma trombose cerebral, recomenda aos jesuítas: equilíbrio de vida, não no trabalho, mas em Deus, com uma atenção especial aos pobres, aos refugiados e aos milhões que ignoram Deus. Arrupe redefiniu a missão para os inacianos. Centrada em Deus, essa missão se aproxima à humanidade através de uma presença inculturada no cotidiano e da prática profética de justiça.

No Brasil corresponde essa época à reformulação profunda do trabalho missionário junto aos povos indígenas, que envolveu, na época, muitos jovens jesuítas, não só na definição dos rumos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fundado, em 1972, como organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas já antes, na reorganizaram de sua própria missão indígena de Utiariti, no interior da Prelazia de Diamantino (MT); desativaram o internato indígena ali existente, onde, por volta de 1967, havia ainda perto de 300 crianças internadas e hoje, simbolicamente, só restam ruínas; ajudaram na criação e transformação da Missão Anchieta, um organismo operacional da Prelazia de Diamantino, e na fundação da Operação Anchieta (OPAN), um organismo de leigos indigenistas, originalmente ligados aos jesuítas. Muitos dos primeiros membros do Cimi, sobretudo leigos, vieram desta efervescência indigenista de jovens inacianos no centro e no sul do país; pregaram a convivência despojada junto aos povos indígenas para valorizar suas

culturas e demarcar suas terras como parte integrante de uma nova evangelização.



Um destes jovens indigenista era Vicente Cañas, Irmão jesuíta de origem espanhol. Seu primeiro contato foi com o povo indígena apelidado “Beijo-de-Pau”, moradores entre os rios Sangue e Arinos, ao norte do Estado de Mato Grosso. Por causa de um contato mal feito pela Funai, em 1969, foram dizimados de mais de 600 que eram, a 40 indivíduos. Cañas cuidou da saúde dos 40 sobreviventes. Depois conviveu por cinco anos com o povo Pareci, no noroeste de Mato Grosso. Em 1971, participou do primeiro contato com o povo Mynky, na época apenas 23 pessoas. Em 1974, participou dos primeiros contatos com os Enawene-Nawe, no rio Juruena, com uma população de 100 pessoas, aos quais dedicou os próximos anos de sua vida. Vicente era considerado pelos Enawene-Nawe como um deles. Participava dos seus trabalhos e rituais, era enfermeiro, mecânico, pescador e dentista. Os índios o adotaram como filho e parente segundo suas próprias regras de parentesco. Na prática da religião dos Enawene-Nawe procurou viver a sua fé cristã. Nos últimos 10 anos de sua vida, Vicente viveu inteiramente inserido na vida do povo Enawene-Nawe. No processo que levaria, em 1996, à demarcação da terra desse povo foi assassinado e encontrado morto só um mês depois, em 16 de maio de 1987, ao lado do seu barraco na margem esquerda do rio Juruena. Contrariando com sua presença a cobiça por terra e madeira, Vicente sabia que estava jurado de morte. Os próprios índios o haviam alertado: “Se cuida. As picadas dos jagunços já estão perto do teu barraco”. Por causa do assassinato de Vicente Cañas foram indiciados os fazendeiros Pedro

Chiquette e Carlos Camilo Obici, o ex-delegado da polícia civil na cidade de Juína (MT), Ronaldo Antônio Osmar, na ação penal apontado como um dos mandantes do crime, e o Martinez Abadio e José Vicente como executores do crime. Até hoje, nenhuma condenação. Depois de ser periciado pelo IML do Estado de Mato Grosso, o crânio do missionário foi enviado para novas perícias ao IML do Estado de Minas Gerais. De lá, em 1989, o crânio do Ir. Vicente desapareceu misteriosamente. Depois foi encontrado por um engraxate de sapatos, numa caixinha que declarava seu conteúdo, perto da rodoviária de Belo Horizonte, fato até hoje não explicado. O fim da missão, às vezes, resgata sua origem.

2. Nóbrega e Anchieta

Em 1549, quando Francisco Xavier chega sem a proteção do Padroado Régio ao Japão, Manoel da Nóbrega, um jovem com 31 anos, aporta, na armada do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, com mais de 1000 homens entre soldados, funcionários, 400 degregados, na Bahia. Na Europa, Nóbrega por ser gago (“tardo na fala”), foi duas vezes preterido em concursos acadêmicos. No Brasil, tornou-se o missionário do aportuguesamento. Que a cultura dos tupí era demoníaca e, portanto, “sem graça”, Nóbrega e Anchieta já sabiam pelos seus manuais teológicos, antes de chegar ao Brasil. Somos “guerreiros contra o diabo e a carne” constata Anchieta em seu “Sermão da Conversão de São Paulo”. A “perdição” do Outro era o pressuposto da empresa missionária.

Diferentemente de Nóbrega, Anchieta tinha o dom da língua. Como poeta e catequista escreveu em espanhol, língua de sua pátria, em português para os colonos, em tupi para os índios e em latim para os eclesiásticos. Depois de três anos no Brasil, onde chegou em 1553, com 19 anos, já tinha composto uma gramática cujo manuscrito 1556 serviu meio século para o ensino do tupi nos colégios da Companhia. Com facilidade ele decodificou os eixos culturais dos seus interlocutores indígenas. De Gil Vicente Anchieta aprendeu a arte dos “Autos”, onde os diabos vestem a cultura tupi. Os anjos e os santos são

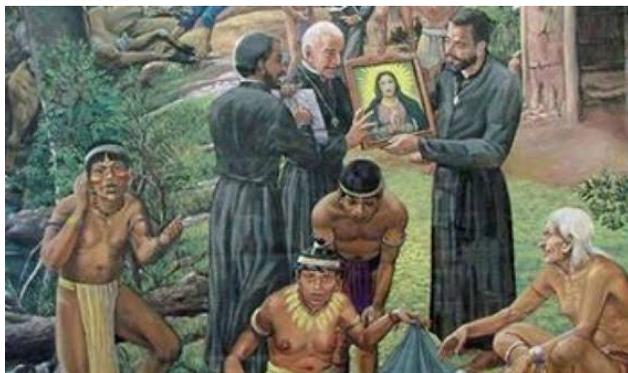
representantes da cultura do colonizador.

No “Auto na Festa de São Lourenço”, por exemplo, o rei dos demônios, Guaixará, é o ex-chefe tamoio, na época, aliado dos franceses e adversário do governador geral, Mem de Sá. As expressões significativas da cultura tupinambá para o olhar missionário — guerrear, beber cauim, dançar, vingar — são ridicularizadas na fala do ex-chefe vestido de diabo. Cultura indígena é cultura do diabo. São Lourenço e São Sebastião, ajudantes do Anjo da Guarda da aldeia, prendem os diabos. A escolha dos santos mártires já é uma crítica aberta à cultura tupí: São Sebastião, mártir da fidelidade, vive no imaginário religioso cravado de flechas. São Lourenço, martirizado na perseguição do imperador Valeriano, foi colocado numa grelha sobre brasas. Os santos do colonizador apontam para os “pecados” da cultura indígena, a inconstância, as flechadas que simbolizam a guerra, e a antropofagia.

Nóbrega e Anchieta participaram da conquista espiritual com as armas que lhes eram peculiares: Anchieta com o conhecimento da língua e com a arte do poeta e escritor; Nóbrega contribui com sua capacidade organizacional e seu conhecimento jurídico. Neles a racionalidade do político e canonista, que visa ordem, progresso e aportuguesamento, como pressupostos da governabilidade das terras conquistadas, se junta à arte do escritor e à intuição do poeta, que fez da língua tupí a “Língua Brasileira”.

Para Nóbrega, a libertação dos indígenas precisa de planificação em todos os níveis. Com a experiência de nove anos de catequese no Brasil, Nóbrega elaborou junto a Mem de Sá um “Plano Colonizador” [8.5.1558]. O “Plano Colonizador” representa a síntese programática que norteou o trabalho missionário daquele momento histórico junto “ao mais vil e triste gentio do mundo”. Com a colonização disciplinadora, segundo Nóbrega, se ganha “muitas almas” (n.5) e “muito ouro e prata” (n.5). “Ordem” produz “progresso”. Por falta de sujeição, pouco se pode fazer na conversão do gentio. Sujeitar os índios significa “fazendo-lhes guardar a lei natural” (n. 1), proibir a poligamia, a nudez e o nomadismo (n. 11). Os feiticeiros devem ser retirados das aldeias.

Para o abastecimento do Colégio da Bahia, Nóbrega pede “duas dúzias de escravos de Guiné” (n. 24) e para a Igreja encomenda “sino”, “relógio” e “campas” (n. 27). A civilização transforma o tempo do diabo, que é o tempo desordenado de ócio, em tempo de graça, cronometrado para oração e trabalho.



Ao atravessar o Equador, quase 150 anos mais tarde que Nóbrega, no dia 22 de fevereiro de 1691, o jesuíta Antônio Sepp anota em sua carta-diário: “Costuma-se mudar tudo sobre o equador. A agulha magnética da bússola, porém, não se desloca. Ela continua apontando “fiel e exatamente para a Estrela Polar. A diferença está toda em nós mesmos, que precisamos modificar nosso conceito. Quando é meio-dia na Europa, é meia-noite aqui entre nós. (...) Em dezembro e janeiro, quando na Europa tudo gela, comemos figos e colhemos lírios. Numa palavra, tudo aqui é diferente, e está a cunhar a expressão, chamando a América de ‘mundo às avessas’. (...) No dia 28 de fevereiro entramos para o jejum quaresmal, aliás de acordo com o calendário, e não com a realidade.”

Como organizar calendários supostamente universais de acordo com a realidade, ao mesmo tempo cosmológica e local? Como aprender que o “mundo às avessas” é um mundo culturalmente diferente que participa de um universalismo moral com toda a humanidade? Como transformar o imaginário do visitante para que caiba nele o “bárbaro” como outro e o outro como irmão? Essas perguntas surgirão, provavelmente, só mais tarde, na cabeça de um Vicente Cañas, cujo crânio foi encontrado por um engraxate de Belo Horizonte, numa caixa de sapatos.

3. O mito do jesuíta “língua”

Em sua “Breve informação do Brasil”, de 1584, Anchieta caracteriza a situação lingüística que os missionários enfrentam, como unidade atravessada por uma grande diversidade: “Todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 léguas pelo sertão, e os mesmos Carijós que pelo sertão chegam até às serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para a sua conversão”. Essa língua era usada na primeira catequese oral de Piratininga, na Capitania de São Vicente, nos catecismos escritos e na comunicação diária entre indígenas, colonos e missionários. Anchieta que reduziu a língua tupi à Arte de Gramática, elaborou também para a primeira comunicação, um vocabulários em tupi, uma Doutrina Cristã e um Catecismo.

Ao lado da unidade lingüística havia entre os Carijós “diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios chamam Tapuias, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra”. Anchieta não falava nenhuma língua destes “outros bárbaros”. Ele e a Companhia concentraram seu trabalho missionário em torno dos grupos tupi. Os Tapuia que pertenceram ao grupo lingüístico Gê e a outros grupos, viveram, segundo Anchieta, principalmente, da caça e “por isso têm uma natureza tão inquieta que nunca podem estar muito tempo num lugar, que é o principal impedimento para sua conversão”.

A virtuosidade lingüística de Anchieta não deve encobrir a precariedade das línguas realmente faladas pelos jesuítas quinhentistas no Brasil. Em 1552, Nóbrega admite essa precariedade pelo conjunto dos inicianos e justifica: “sabermos-lhe mal falar em sua língua”, porque eles são muitos e nós poucos. Uma solução veio de alguns civis que passaram um bom tempo no meio dos índios e ofereceram seus conhecimentos dos costumes e da língua aos missionários. Neste grupo teve particular importância o naufrago Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que, por volta de 1510, chegou às costas da Bahia. Viveu no mundo indígena e se tornou o tradutor das primeiras orações.

Outra solução veio de pessoas com experiência entre os índios e se integraram

à Companhia, como vocações adultas. Logo depois da chegada ao Brasil, em 1549, Nóbrega mandou o padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome à Capitania de São Vicente. Anchieta destaca a vida exemplar do padre Leonardo Nunes que “convertia mais com obras que com palavras”. As “obras” mais importantes do padre Nunes foram seus recrutamentos de vocações adultas para a Companhia. Depois de pouco tempo, Leonardo Nunes aceitou Pero Correia na Companhia, colono aventureiro, desde 1534 no Brasil, “envolvido em luta com os índios donde resultaram mortes”, antes de se tornar Irmão. Em carta ao provincial de Portugal, Correia pede livros para poder estudar as coisas elementares da fé, “porque meu estudo neste mundo nunca foi para servir a Deus, mas para ofendê-lo”. Ambos morreram cedo, em 1554. Nunes naufragou em junho. Correia, alguns meses mais tarde, foi morto pelos Carijós.

Outra vocação adulta conquistada por Nunes foi Manuel de Chaves, com uma longa experiência no país, antes da chegada dos jesuítas. Ambos, Correia e Chaves, foram aceitos na Companhia ainda em 1550. No mesmo ano entrou, em São Vicente, João Rodrigues, e, três anos mais tarde, Antônio Rodrigues que sabia cantar e tocar flauta. Todos eram excelentes “línguas”, mas tinham pouco ou nenhum preparo teológico para seu trabalho catequético. Também Mateus Nogueira, um ferreiro e ex-combatente da África, se juntou nesta época aos jesuítas de São Vicente. Este já não falava a língua “destes brasis”, mas, como “metalúrgico” foi muito importante para missionários e índios.

Uma outra “solução” para a questão da língua foi a evangelização através de crianças, e, sobretudo, através de órfãos vindos de Portugal. Com o segundo grupo de jesuítas que chegou em Salvador, em 1550, vieram com quatro padres também sete meninos do orfanato da Companhia de Lisboa. Foram destinados para se confraternizarem com as crianças indígenas e mestiças. Cumpriram seu papel missionário com entusiasmo. Impressionaram com seus cânticos catequéticos, aprenderam tupi e ensinaram noções de português aos coleguinhas nativos.

Um pouco mais tarde, os órfãos foram encarregados de servir como intérpretes nas confissões. Em carta a Simão Rodrigues, provincial de Lisboa, Nóbrega relata de Bahia, em julho de 1552, que, enquanto não chegam padres para administrar as confissões dos índios, alguns meninos continuam ajudar como intérpretes nas confissões: “Nesta casa estão meninos da terra feitos à nossa mão, com os quais confessávamos alguma gente da terra que não entende a nossa fala, nem nós a sua”. Nóbrega defende a prática dos meninos tradutores para as confissões, porque “não há muitos Padres que saibam bem a língua”. Esses tradutores produzem bons resultados sem causar “nenhum prejuízo ao sigilo da confissão”. O provincial do Brasil raciocina como pastor, não como canonista que era, quando escreve: “privá-los da graça do sacramento por não saberem a língua e da glória por não terem contrição bastante, e outros respeitos (...), devia-se bem de olhar”. Na Bahia, quando o padre João de Azpilcueta Navarro estava no sertão, nenhum padre na cidade falava tupi. E Navarro faleceu cedo, em 30 de abril de 1557.

Ainda em 1560, não havia mais do que dois ou três sacerdotes jesuítas que conseguiram fluentemente conversar com os índios no Brasil. A este respeito, o padre Antônio Pires escreve aos seus ex-colegas do Colégio de Coimbra que em “esta Bahia estavam as coisas algum tanto feias” e o novo provincial, o padre Luis da Grã, que chegou em agosto de 1560 no Brasil, “deu ordem a que todos os Irmãos se dessem a aprender a língua, coisa que até ali ninguém havia feito, tirando alguns que andavam fora; e assim deu ordem que viesse a escravaria a aprender a doutrina na nossa igreja, coisa que havia muito tempo que se não fazia”. O provincial não deixou ninguém ensinar aos índios, sem falar a sua língua: “Creio que o faz para nos envergonhar e para nos fazer inveja, como na verdade a mim me envergonha, que há 12 anos que cá ando e não sei nada. Agora começo pelos nominativos (...)”. Luis da Grã ordenou, concretamente, “que houvesse cada dia uma hora de lição da língua brasileira, que cá chamamos grego”.

Ainda em 1585, Manuel Viegas que falava tupi e maromomi, lamenta a situação

precária do aprendizado da língua dos colegas. Viegas agradece ao padre Geral Aquaviva, porque ordenou, através do seu visitador, o padre Cristóvão de Gouveia, que todos aprendam a língua da terra, e a “nenhum consente que se ordene de ordens sacras, ainda que sejam muito para isso, sem que primeiro saibam e aprendam a língua da terra (...) porque muito poucos a queriam aprender e saber e dar-se a ela: tudo era darem-se às letras e serem pregadores dos portugueses, e subir ao púlpito a pregar aos brancos e não se lembravam desta pobre gente de lhe pregar em sua língua”. E a língua, escreve o padre Viegas, é mais importante que a teologia. O conhecimento da língua dos índios é a primeira teologia. Ao comparar a situação missionária do Brasil com a do Japão, onde há “gente de melhor saber e subtil engenho”, afirma que “para esta gente do Brasil, poucas letras bastam. E quem nesta terra sabe a língua dela é aqui teólogo. E muitos Padres, que vêm de lá teólogos, nos dizem que, se pudesse ser, dariam metade da sua teologia pela língua. E eu digo a V. P. que não darei a minha língua por toda a sua teologia.” O secretário do visitador Manuel de Lima, o padre Jácome Monteiro observa em sua Relação da Província do Brasil, de 1610, que em sua visita aos Maromomi não havia ninguém entre os missionários que entendeu a língua deles: “Valem-se os Nossos de intérpretes”. Quase um século mais tarde, Antônio Vieira (1608-1687), em seu Sermão da Epifania, aponta entre as dificuldades para a catequese dos índios a questão lingüística. “Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim, quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles surdos”.

4. Catequese em Piratininga

As experiências iniciais da catequese mostraram que a região de beira-mar, com a presença de aventureiros, traficantes e donos de escravos, e com a lei a serviço do mais forte, não era propícia para a conversão dos índios. Manuel da Nóbrega, primeiro provincial dos jesuítas recém-chegados ao Brasil, escolheu a Capitania de São Vicente, e nela fundou Piratininga. Ao inaugurar a “Casa de Piratininga”, no dia

de conversão do apóstolo dos gentios, fizeram da data, do local e do evento o lema de sua empreita missionária: educar e converter.

Próximo ao rio Tietê, na confluência dos rios Tamandateí e Anhangabaú, instalou-se a missão no meio de 12 aldeias indígenas que regularmente foram visitadas. Com o tempo, as 12 aldeias se transformaram em dois aldeamentos. As aldeias, precursores das Reduções, eram núcleos que procuravam fixar os índios a um determinado território mais restrito e mais ao alcance dos missionários. Piratininga, no início ainda sem os vícios da colonização, era um lugar privilegiado para estabilizar e converter os índios e para instruir os estudantes e noviços da Companhia.

As atividades missionárias, na “Casa de Piratininga”, eram diversificadas. O catecismo e as primeiras letras foram ensinados para as crianças indígenas, que moravam nas casas de seus pais ou parentes. Aprenderam também como cantar e servir na missa. Os inicianos perceberam cedo a fascinação dos índios pela música e festividade litúrgica. Por isso, as entradas dos missionários nas aldeias foram precedidas por uma procissão, com canções e danças das crianças. A alegria do cenário facilitou a aceitação da mensagem. As crianças-catequistas imitavam a maneira de os índios cantarem. Com algumas orações elementares, com canções e os maracá das crianças, os missionários correram de aldeia para aldeia. Em seus sermões, traduzidos pelos “língua”, falavam dos mistérios principais, da devoção da cruz, da ameaça do juízo final e de alguns episódios da vida de Jesus.

Na escola de Piratininga, os meninos índios são “bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes”, de maneira que já “aborrecem muito os costumes de seus pais”, relata o mestre Anchieta da altura dos seus 21 anos. O ensino dos meninos indígenas “nos consola”, enquanto nos entristece “a dureza obstinada dos pais que (...) parece quererem voltar ao vômito dos antigos costumes”, celebrando “aquelas miseráveis cerimônias da morte dos contrários”.

A desilusão do jovem Anchieta está presente em seu relatório a Inácio de Loyola, onde ele pede o envio de “muitos cristãos” para que “sujeitem os índios ao jugo da escravidão e os obriguem a acolher-se à bandeira de Cristo”. No caso das festas antropofágicas profundamente enraizadas na cultura tupi, Anchieta considera a demonstração de força indispensável para a evangelização. Cinco anos mais tarde, Anchieta escreve ao Geral da Companhia que os irmãos de Piratininga batizaram dois cativos, antes de serem sacrificados pelos índios. Descreve o evento como o martírio dos primeiros cristãos nas arenas romanas. No terreiro “chega-se o que o havia de matar, usando primeiro de suas cerimônias e ritos. Diz-lhe a palavra solene: Morrerás!” Gritaram-lhe os irmãos que se pusessem de joelhos, o que ele logo cumpriu, levantando os olhos e mãos para o céu e invocando o santíssimo nome de Jesus. Quebrou-lhe a cabeça com um pau, e voou sua ditosa alma para gozar de glória imortal nos céus”.

Causa perdida ou meio caminho andado? Os Irmãos intérpretes, Manuel de Chaves e Gonçalo d’Oliveira, que acompanham o padre Afonso Braz, participam do ritual. Lembram os participantes de seu batismo, batizam a vítima e o amparam. Contracenam com o matador e seu “morrerás”, gritando, através do língua: “viverás!”, e carregam o mártir para a Igreja de Piratininga, porque os já “não comam carne humana”. O martírio é sempre algo transitório. A “vitória” é uma questão de tempo. A catequese de Piratininga exige dos índios abandonar sua tradição cultural. O convertido é um ex-índio, relata Anchieta satisfeito: “Está conosco um principal dos índios chamados Carijós (...). Digo-vos, caríssimos Irmãos, que é um mui bom cristão, homem mui discreto e nem parece ter cousa alguma de índio”.

Voltando um século mais tarde para Bahia, quase na hora da expulsão dos jesuítas, encontramos a capital do Brasil numa certa prosperidade que dependia da mão-de-obra dos escravos que trabalhavam nos engenhos de açúcar. A Bahia é um retrato daquele Brasil, onde o escravo negro era considerado uma necessidade e o índio um estorvo. A Companhia não se opôs à escravidão negra. Participou dela, como

também outras ordens religiosas, e prosperou. Viajantes descrevem a Igreja dos jesuítas pomposa, revestida de mármore da Europa.

4. Os jesuítas na Amazônia

Em 1759, os 115 jesuítas do então Estado do Grão-Pará e Maranhão, foram expulsos, roubados dos seus bens, vaiados pelos colonos e aprisionados num pequeno navio, que os desembarcou na costa do Estado da Igreja, na Itália. Sua presença na Amazônia se dá quase um século mais tarde que na Bahia e em Piratininga.

Os primeiros inicianos chegaram na Amazônia provenientes de Quito, emissários do Vice-Reinado de Peru e do El-Rei da Espanha. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494) pertencia todo o curso do Amazonas à Espanha. Somente no século XVII, a linha divisória avançou em favor dos portugueses para além da confluência do Rio Negro. No vai e vem desta época se situa a expedição de Pedro Texeira de Belém a Quito (1637/38) e a descida do jesuíta Samuel Fritz de Quito a Belém (1689/90).

A presença jesuítica a serviço de Portugal começa em 1639, quando chegou do Ceará o padre Luis Figueira, visitando os rios Tocantins, Pacajá e Xingu. De volta à Europa, expôs as prioridades missionárias perante o Conselho Ultramarino: organizar e moralizar os colonos, amparar e converter os índios e criar um bispado no Maranhão/Pará, até então subordinado ao arcebispado de Lisboa.

Em 1652, no meio de um tumulto dos colonos, que se revoltaram contra uma nova lei que proibia a escravidão dos índios, chegam os padres João de Souto Maior e Gaspar Frago em Belém. Lá construíram uma modesta palhoça e fundaram, mais tarde, o Colégio de Sto. Alexandre. Imediatamente, o padre Souto foi obrigado assinar um termo na Câmara de não intervir na questão dos escravos e nem pretender administrar os “índios livres”. A incompatibilidade da presença jesuítica com os interesses imediatos dos colonos, que reclamavam escravos indígenas para suas fazendas, foi camuflada pelas aulas de latim e doutrina.

Em janeiro de 1653, chegou Antônio Vieira em São Luis, onde encontra o mesmo clima de hostilidade como seus companheiros em Belém. Como superior das missões do Maranhão faz concessões; reconhece causas legítimas de escravidão, como os índios cativados em “guerra justa”, e admite os “escravos do Estado”. Mesmo assim é hostilizado pelos que se aproveitaram da mão indígena. Foi obrigado a embarcar para Lisboa, de onde volta com poderes extraordinários sobre os índios. Com sua tropa de 20 companheiros organizados em redor de 11 aldeias no Maranhão, 6 no Pará, 7 no Tocantins e 28 no Amazonas, luta contra aqueles que não queriam aceitar as novas leis. Os habitantes de Gurupá, que fizeram do tráfico indígena sua principal fonte de sustento, prenderam dois jesuítas e os mandaram voltar ao Pará. “Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das capitânicas-mores e, igualmente, todos que nesse reino e neste Estado são interessados no sangue e suor dos indígenas”, escreve Vieira, em 1655.

Mesmo com essas dificuldades, conseguiram avançar no seu objetivo. Em 1655, mais de mil Tupinambá são descidos à Missão do Tocantins. Houve também missões/expedições “bem-sucedidas” ao rio Negro, em 1657, onde se fez 600 escravos. Os missionários sobem os rios Xingu e Tapajós. Vieira reduz finalmente os Nheengaibas. À Câmara de Belém, Vieira expõe o balanço positivo dos últimos anos: mais de 3000 índios livres e 1800 cativos; pelo resto, somente escravos de Angola podiam solucionar o problema. “Pela atividade pacífica dos missionários havia o rei ganho grande número de novos súditos, a igreja novas almas; os índios de Marajá, diante dos quais Belém tantas vezes havia tremido, estavam pacificados; a Oeste, todo curso do Amazonas, a Leste, as solidões do Piauí e Ceará, estavam abertos ao domínio português, à colonização e ao comércio”, escrevia Vieira em 1661. Os colonos pensaram diferentemente. Afastados os jesuítas, teriam mão-de-obra abundante para suas fazendas. Em 1661 estourou em São Luis e Belém uma nova revolta contra os jesuítas, cujos colégios foram assaltados; juizes do povo mandaram prender os missionários e, junto com Vieira, deportar ao Reino.

Já no ano seguinte, voltaram continuando a luta pela liberdade dos índios.

Em 1680, Vieira conseguiu em Lisboa novas reformas legais, favoráveis aos índios e à Companhia. Mas, os novos decretos produziram insatisfação geral. O fazendeiro Manuel Beckmann, do Maranhão, soube articular um levante contra os jesuítas. A esperança de conseguir bastantes índios escravos mobilizou os colonos: prenderam autoridades civis e militares, expulsaram os jesuítas novamente, destituíram o governador e selaram a vitória com um Te-Deum na Matriz (1684).

Punidos os responsáveis do levante, os jesuítas foram reconduzidos aos colégios e às missões. Através do Regimento das Missões, de 1686, consolidaram sua atuação, juntando ao governo espiritual também o temporal e político das aldeias. A partir de 1693, Cartas Régias redistribuíram o território missionário. À Companhia de Jesus foi confiado todo o distrito do sul do Amazonas com os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira.

Os jesuítas da Amazônia se opuseram cada vez menos à escravidão indígena. Sugeriram melhoramentos legislativos, acompanharam as tropas nas entradas e, como árbitros, procuraram o maior número de índios cativos passar para as suas aldeias. O fácil acesso à mão-de-obra enriqueceu a Companhia. No Pará, a Companhia possuía 9, em Maranhão 6 fazendas de gado além de muitos outros projetos de agricultura. Os religiosos não pagavam dízimos ao Estado e gozavam isenção de impostos da alfândega

Fonte: Paulo Suess (Assessor Teológico do Cimi)



A GUERRA DA UCRÂNIA REVELA PARA O MUNDO QUE A RÚSSIA É UM GIGANTE COM PÉS DE BARROS.

Uma guerra sem cabimento, um ato doentio de um líder que se preocupou mais com seus caprichos do que com a situação do país que comanda, Vladimir Putin colecionou erros e brincou com a vida de milhares de jovens que se perderam nas atrocidades dos campos de batalha. Vidas ceifadas, famílias mutiladas e um povo que resolveu levantar a voz contra seu próprio líder, os Russos gritam para os 4 cantos do mundo que são contra a guerra, aumentando o constrangimento de Putin perante a comunidade internacional.

O que se viu e vê na Ucrânia é um show de horrores e incompetência dos russos em administrar um estado de guerra. Ninguém duvida do poder militar de Moscou, uma potência que detém a bomba atômica e é considerada a segunda força bélica do planeta, perdendo somente para os Estados Unidos da América. Só que toda essa propaganda mostrou-se ineficaz diante de estratégias militares obsoletas e ultrapassadas. Os russos subestimaram a Ucrânia e não conseguiram tirar do poder Alexander Zelensky, que se manteve de forma heroica conduzindo seu povo a uma resistência histórica. Kiev revelou ao mundo às deficiências de Moscou, fazendo Putin passar vergonha no cenário internacional. A Rússia se revelou um verdadeiro gigante de pés de barro.

Para o estrategista Von Clausewitz, "a guerra é a continuação da política por outros meios", ou seja, existem outras possibilidades, basta querer, basta usar a diplomacia ao invés das armas, só que Vladimir Putin não quis, preferiu às armas e arrastar para o abismo a economia russa que começa dá os sinais de agonia devido os embargos que foi submetida pela

comunidade internacional. O mal estar provocado na Europa criou fissura até mesmo com a Alemanha, parceira comercial importante para Moscou. Outro problema que a guerra da Ucrânia causou foi a corrida armamentista na Europa e o fortalecimento da Otan, que estava praticamente sem função no continente. O Leste Europeu resolveu se armar, às ex Repúblicas Soviéticas decidiram juntar forças para resistir à uma possível investida da Rússia. Dois países que sempre primaram pela neutralidade pediram formalmente suas filiações na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A guerra na Ucrânia avança destruindo e fazendo vítimas inocentes, milhares de civis já foram mortos, o país segue tendo suas estruturas destruídas, mas Kiev mesmo com força inferior resiste e humilha Moscou. Mais de 20 mil soldados russos já foram presos, feridos ou mortos, número altíssimo para os padrões atuais dos conflitos entre países. O sonho de Vladimir Putin em recriar a antiga nação Soviética com suas repúblicas, pode se tornar no pesadelo da derrocada russa na geopolítica internacional.



SANTO INÁCIO DE LOYOLA: O PEREGRINO DE DEUS

Os desígnios de Deus para nossas vidas são sempre inexplicáveis. Fomos feitos para amar e adorar o Senhor, porém no decorrer do nosso percurso terrestre nos separamos do seu amor devido a opção pelo pecado que fazemos. Deus é amor, Deus é perdão, Deus é a tentativa ininterrupta de nos convencer a buscar a conversão.

Santo Inácio de Loyola provou e gostou da vida mundana, entregue aos prazeres da

carne, era um exímio cavaleiro que dava sua vida na defesa do seu rei. Só que os planos de Deus para ele eram outros, o Senhor o queria no campo de batalha sim, mas como cavaleiro do céu, derrotando o demônio e libertando às almas da escuridão e da condenação eterna do pecado mortal.

Ferido por uma bala de canhão, Inácio viu o quanto era frágil diante dos intempéries da vida, no repouso no castelo dos Loyolas, ele conheceu a Vida de Cristo e as Vidas dos Santos, devido a dois livros que sua cunhada teria trazido para ele ler e passar o tempo.

Inácio se apaixonou por Cristo e ficou encantado como São Francisco e São Domingos conseguiram mudar suas vidas e se entregarem totalmente a obra de Deus. Foi na dor de se ver pequeno diante da